



VIOLÊNCIA

Assassinato de juiz choca o Judiciário

Presidente do STF considera execução um crime “covarde”. Governadora promete investigação rápida

» ÂNDREA MALCHER

O assassinato do juiz Paulo Torres Pereira da Silva na noite de quinta-feira em Jaboatão dos Guararapes, na região metropolitana de Recife, foi classificado ontem, pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Luís Roberto Barroso, como um crime “covarde”.

“Tomei conhecimento do assassinato covarde do juiz Paulo Torres Pereira da Silva, que atua na primeira instância em Recife (PE). Conversei com o presidente do Tribunal de Justiça do estado, que está em contato com as autoridades locais para apuração célere do episódio e a devida punição dos envolvidos. O Conselho Nacional de Justiça acompanhará os desdobramentos para garantir que a Justiça seja feita. Em nome do Poder Judiciário, presto solidariedade à família e aos amigos”, escreveu o presidente do STF.

A morte do magistrado foi tema de conversa entre Barroso, a governadora do estado, Raquel Lyra (PSDB); o ministro da Justiça, Flávio Dino; e o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Luiz Carlos de Barros Figueiredo. Segundo o comunicado do CNJ, embora a condução da apuração seja de competência primária das autoridades locais, o conselho está acompanhando o caso. Segundo o comunicado, “a governadora informou que todo efetivo da polícia estadual está atento ao caso, além de três delegados terem sido designados para a investigação”.

Nas redes sociais, Raquel Lyra lamentou o crime. Reforçou que a Polícia Civil investiga o caso e “não medirá esforços para esclarecer, o quanto antes, esse episódio inaceitável de violência em nosso estado”.

O juiz Paulo Torres Pereira da Silva, de 69 anos, foi executado às 20h18, enquanto dirigia o próprio carro, quando foi cercado por um veículo vermelho, ocupado por criminosos armados, que dispararam diversas vezes contra a vítima e, então, fugiram. Uma equipe do Serviço de Atendimento Móvel

Reprodução/Redes Sociais



Juiz da 21ª Vara Cível da Comarca do Recife, Paulo Torres foi morto a tiros quando voltava para casa

de Urgência (Samu) foi acionada, mas, ao chegar no local, constataram que o magistrado já estava morto. O assassinato ocorreu a cerca de 300 metros do prédio onde ele morava com a esposa e os três filhos.

O carro de Paulo chegou a bater em um muro no local do crime e o veículo foi levado para a Unidade de Transporte e Oficina (Unitof) da Polícia Civil para ser periciado. De acordo com a corporação, o juiz morreu por um disparo que o atingiu na nuca. Nenhum bem foi roubado.

A família confirmou à polícia que ele tinha o hábito de se deslocar de casa, no bairro de Candeias, em Jaboatão, até a Praia do Paiva, no município vizinho de Cabo de Santo Agostinho, para caminhar. Além disso, o juiz costumava dirigir com vidros abertos. Assim, uma das suspeitas é de que ele estava voltando de uma dessas caminhadas quando foi abordado pelos criminosos.

“Logo quando chegamos ao local, verificamos que havia um

Redes Sociais/Reprodução



Conhecido pelo amigos como “Paulão”, o juiz tinha 69 anos

veículo colidido com um muro e identificamos a presença de um homem morto, com uma única marca de disparo na cabeça, localizada atrás da orelha esquerda”, explicou a delegada Euriécia Nogueira, da Força-Tarefa de Homicídios do Departamento de Homicídios e de Proteção à

Pessoa (DHPP).

Quatro pessoas teriam abordado o magistrado, segundo relatos colhidos pela polícia. “Ouvimos testemunhas e coletamos algumas imagens de câmeras de segurança localizadas no entorno do local. Há relatos de que os criminosos estavam usando máscaras cirúrgicas, mas isso ainda não foi confirmado”, comentou a delegada Nogueira.

“Celeridade”

Com quase 34 anos de carreira na magistratura, Paulo Torres Pereira da Silva atuava na 21ª Vara Cível do Recife e chegou a ser desembargador substituto. “O tribunal está entrando em contato com as autoridades policiais de Pernambuco e prestará todo o apoio necessário para o rápido esclarecimento do crime e a responsabilização dos culpados”, informou o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), em nota.

O Conselho de Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil

(Consepre) repudiou o assassinato e cobrou celeridade nas investigações. “O Consepre espera celeridade na elucidação do crime e a responsabilização rigorosa de todos os envolvidos. Nosso Conselho espera ainda das autoridades competentes medidas urgentes no sentido de resguardar a integridade física e a vida dos membros do Poder Judiciário e de seus respectivos familiares, expostos a situações de risco em razão do exercício do cargo. Preservar a segurança e valorizar o trabalho da magistratura é dever do Estado e um direito da sociedade”, diz a nota assinada pelo presidente da organização, o desembargador Carlos França.

A Associação dos Magistrados de Pernambuco (Amepe) publicou uma nota de pesar, repúdio e “indignação à violência que culminou na morte do magistrado”. “A Amepe está acompanhando o caso junto às autoridades competentes e espera uma investigação célere sobre as circunstâncias que ocasionaram a morte do magistrado, com a punição dos responsáveis com o rigor da lei”.

A seccional Pernambuco da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) adiou um ato de desagravo marcado para às 11h de ontem e expressou “seu mais profundo pesar” pela morte do juiz Paulo Torres Pereira da Silva e avaliou a carreira do magistrado como um “período no qual atuou com honradez e comprometimento com a justiça”.

“Diante do ocorrido, vamos acompanhar e exigir das autoridades competentes, como deve ocorrer em todos os casos, investigação rápida e eficaz que leve à responsabilização dos culpados por esse crime brutal. Nos solidarizamos com a família, amigos e todos os membros do Judiciário pernambucano neste momento de dor. Permaneceremos resilientes em nossa busca por justiça e paz”, lamenta a OAB.

O Ministério Público de Pernambuco (MPPE) afirmou, em nota, que “está se comunicando com as autoridades competentes para contribuir com o esclarecimento do crime e responsabilização dos autores”.

SAÚDE

Pacientes de doenças raras pedem visibilidade

Na população brasileira, cerca de 13 milhões de pessoas possuem algum tipo de doença rara, segundo a Organização Mundial de Saúde. Inseridos na sociedade, esses indivíduos lutam para ganhar notoriedade e influência. Travam uma batalha constante contra o desconhecimento e a falta de políticas públicas para os cidadãos com essas características.

Apesar de iniciativas como a Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras, instituída pelo Ministério Público em 2014, e a incorporação de exames de biologia molecular, citogenética e imunoensaio ao SUS, os diagnósticos tardios e complexos dificultam o acesso ao tratamento dos pacientes.

Para quem sofre de doença rara, a demora para se chegar a um diagnóstico e dar início a um tratamento leva os pacientes e familiares a um grande sofrimento. Diante dos desafios estruturais presentes no sistema de saúde brasileiro, aliados à crescente demanda social, é crescente a demanda por uma legislação que assegure os direitos dessa parcela da população.

No Congresso Nacional, o tema ainda é incipiente. No ano passado, 19 projetos acerca de doenças raras foram apresentados, porém nenhum foi aprovado. Entre 2000 e 2022, dentre os 74.166 projetos de lei apresentados no Congresso, apenas 218, cerca de 0,3%, tinham cunho direto ao assunto doenças raras. Destes, atualmente, apenas oito foram aprovados. Outros cinco foram retirados, 30 arquivados e 175 ainda continuam em tramitação.

Do conjunto de propostas apresentadas, 21,5% se referem a tributação ou isenção fiscal. Em seguida vêm matérias a respeito de diagnóstico (18,8%) e tratamento (17%). A deputada Silvia Cristina (PL-RO) é vice-presidente da Comissão de Saúde e integra várias frentes relacionadas à saúde. Para ela, a interlocução com a Frente de Doenças Raras com outros parlamentares é necessária para fortalecer a demanda desse público.

“Temos feito audiências para que as entidades da sociedade civil, que representam os pacientes e seus familiares, participem conosco. E também tratativas no Ministério da Saúde, para que muitos medicamentos que estão na Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (Conitec) sejam liberados de maneira mais urgente e possam estar à disposição para o tratamento, que é uma das grandes dificuldades dos pacientes”, relata a parlamentar.

A fim de contribuir para avanços nessa demanda da sociedade, o **Correio Braziliense**, a Vertex Farmacêutica e com os apoios da Frente Parlamentar Mista da Saúde, da subcomissão de Doenças Raras, da Sindusfarma e da Interfarma promovem, em 24 de outubro, um debate entre representantes do governo, legisladores, médicos, pacientes e iniciativa privada.

As instituições participantes entendem que o encontro será fundamental para obter avanços nos direitos dos raros no país.

Serviço

Radar dos Raros, o cenário das Doenças Raras no Congresso Nacional
Data: 24/10
Horário: Das 15h30 às 17h30
Local: Auditório do **Correio Braziliense**
Data: 24/10 - 15h30 às 17h30
Local: Auditório do **Correio Braziliense**

PORTUGAL

Brasiliense é agredido em loja

» VICENTE NUNES
Correspondente

Lisboa — O brasiliense Paulo Teixeira, 27 anos, está atordoado há dois dias. Para ele, tem sido difícil lidar com a agressão que sofreu na noite de quarta-feira (18/10) no local em que trabalha.

Teixeira levou um tapa na cara de um português, Paulo Emanuel, dentro de uma loja da NOS, empresa de telefonia, no Guimarães Shopping. O agressor ainda tentou enforcar o brasileiro, deixando-lhe o pescoço todo marcado.

O jovem não esconde a tristeza diante de tanta violência. Mas garante: “Não vou desistir do meu sonho”. Teixeira chegou a Portugal há um ano e três meses cheio de perspectivas. Havia se preparado muito para mudar de país e construir uma vida nova.

Em Brasília, o rapaz trabalhava como atendente em uma

farmácia. Ele adora esse contato com o público. Por isso, ficou muito feliz quando conseguiu uma vaga de vendedor na loja da operadora da telefonia.

Bofetada

A violência da qual Teixeira foi vítima decorreu de um fato banal. O cliente português não se conformou ao ser informado de que não conseguiria resolver suas pendências naquela loja da NOS.

A funcionária que atendia o agressor, também brasileira, foi a primeira a sentir a fúria do português, alimentada por racismo e xenofobia. Pesou ainda o fato de ser mulher. O agressor passou a desferir à jovem palavras terríveis, aos gritos, enfatizando: “Tinha que ser os putos dos brasileiros”.

Vendo aquela situação, Teixeira, que atendia um casal, interveio e pediu para que o português, que

estava acompanhado de mulher dele, baixasse o tom. Não era aceitável que ele tratasse alguém daquela maneira. O brasiliense disse ao agressor que era melhor ele se retirar da loja.

O português, então, se virou para o brasileiro e deu-lhe uma bofetada na frente de todo mundo. Não satisfeito, ainda o agarrou pelo pescoço, um momento de pânico dentro da loja. Foi preciso que um terceiro funcionário do estabelecimento intervisse.

O agressor precisou ser retirado da loja por um segurança do shopping. E resistiu muito. Ele só não bateu na brasileira que o havia atendido, porque a própria mulher do português disse à jovem que se afastasse dele.

Xenofobia

Teixeira afirmou ao **Correio** que, desde que começou a

trabalhar na loja da empresa de telefonia, enfrentou momentos desagradáveis. “Alguns clientes, que se sentem contrariados, sempre recorrem ao fato de sermos brasileiros para nos humilhar”, emenda.

Na avaliação dele, essas agressões estão associadas ao racismo e à xenofobia. “Mas, quando dizemos que vamos chamar a polícia, essas pessoas saem correndo, não voltam mais à loja”, comenta.

O caso de quarta-feira, porém, extrapolou tudo, ressalta o brasileiro. “Houve agressão física. Isso não pode acontecer, nunca”, enfatiza. “Espero que tenha sido um fato isolado, pois foi traumático para todos”, complementa.

O brasileiro registrou a agressão por meio de um boletim policial. Ele também passou por exame de corpo de delito no Instituto Médico Legal. A determinação de Teixeira é levar o processo até o fim, para que sirva de exemplo.

Reprodução/Redes Sociais



Paulo Teixeira, com marcas no pescoço, fez registro policial

“Estou disposto a ir até o fim”, reforça. “É questão de princípio, de respeito.” Ele diz que relevou os outros casos em que foi xingado apenas por ser brasileiro, mas, desta vez, quer ver seu agressor punido com o rigor da lei.

Procurada, para saber quais medidas tomará para proteger seus funcionários, a NOS não se pronunciou.